A qualidade dos dados do Relatório foi regular. Muitas informações ficaram ausentes.

O PPG deveria:

1) Revisar as ementas e as referências das disciplinas, no sentido de atualizá-las e inserir fontes mais científicas. Também seria interessante padronizar a apresentação das disciplinas (ementas e referências).

2) Realizar um planejamento que propicie ao PPG diretrizes para sua melhoria, em distintos âmbitos.

3) Rever as regras para credenciamento, descredenciamento e recredenciamento de professores, com foco em um perfil mais afeto ao escopo do PPG;

4) Encontrar meios de incentivar a produção científica, técnica e tecnológica do corpo discente, considerando que essa é uma proxy da qualidade de ensino.

5) Rever a área de concentração e a necessidade de se manter uma linha claramente afeta ao Direito.

6) Melhorar a qualidade das informações no Relatório.

7) Fomentar a proposição de projetos com financiamento externo.

8) Diminuir a dependência de colaboradores externos para as orientações.

Trata-se de um PPG voltado para atender uma demanda da própria IES. Isso faria sentido em um horizonte temporal determinado. Para um PPG permanente, a preocupação deve se voltar a aspectos mais regionais, ou seja, um mestrado profissional deve lidar com as carências de formação das instituições locais, em um sentido mais amplo.

Além disso, percebe-se que o PPG possui problemas que vão desde as definições mais complexas, como área de concentração e linha de atuação, até as mais operacionais, como a definição de critérios de seleção, e a proposta de disciplinas.

O intuito da vista é de esclarecer esses aspectos e subsidiar o PPG para tomada de decisão em um sentido mais amplo, de ajuste e planejamento de futuro.